

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009055-21.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Auxílio-Acidente (Art. 86)**
 Requerente: **ERICA LOPES BALADOR JERÔNIMO**
 Requerido: **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

ERICA LOPES BALADOR JERÔNIMO ajuizou a presente **AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO** em face do **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS**, todos devidamente qualificados, aduzindo, em síntese: **1)** que no dia 27/12/2013 sofreu acidente de trabalho com esmagamento do 2º dedo da mão direita; **2)** que tal circunstância acarretou a diminuição na sua capacidade laborativa. Pediu a condenação do requerido a pagar-lhe auxílio-acidente.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 10 e ss.

Pelo despacho de fls. 29 foi deferida perícia médica e nomeado como louvado oficial o Dr. Eduardo Passarela.

Regularmente citado, o Instituto-requerido apresentou contestação a fls. 51 e ss. No mérito, sustentou que o autor não comprovou a incapacidade. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 79.

1009055-21.2014.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Laudo pericial encartado às fls. 92/94. As partes se manifestaram às fls. 101 e 102/103

Memoriais finais às fls. 109/110 e 111.

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

Restou incontroverso o fato de a autora ter se acidentado **durante o exercício do trabalho** no dia 27/2/2013; **experimentou amputação traumática do 2º dedo da mão direita.**

Em bem elaborado laudo o vistor oficial apurou a ocorrência de comprometimento parcial da mão dominante da autora, diante de “amputação traumática da falange distal do segundo dedo da mão direita” (textual fls. 94), resultando em uma **invalidez parcial e permanente.**

O réu não trouxe laudo de contestação e também não contestou a opinião oficial.

O tipo de sequela (incontroversa, saliente-se mais uma vez) deixa evidenciado **déficit laborativo** por causa ocupacional; é intuitivo o prejuízo consequente à lesão/amputação de dedo, implicando em significativa quebra daquele todo harmônico que é o corpo humano; todos os segmentos do corpo têm alguma utilidade e sua falta, **em maior ou menor grau** causa prejuízos; assim é forçoso reconhecer a presença de incapacidade e nexo,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

binômio indispensável para afirmação de amparo infortunistico.

Ademais, os autos revelam que a autora é mulher sem qualquer qualificação “extra”. Está preparada para serviços que demandam, basicamente, esforço físico e alguma técnica.

Assim, soa evidente que os danos físicos trouxeram déficit com reflexos no labor.

Impõe-se, como fecho, o acolhimento da súplica.

Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta **ACOLHO** o pedido inicial para o fim de conceder à autora, **ERICA LOPES BALADOR JERÔNIMO**, o auxílio acidente de 50% (cinquenta por cento) nos termos do art. 86 da Lei 8.213/91 com as modificações dadas pela Lei 9.032/95, já que a lei aplicável ao caso é aquela vigente na data da citação, ainda mais porque favorável ao obreiro.

Nesse diapasão Apelação sem revisão 588.320.00/6 – 10ª Câ., Rel. Irineu Pedratti, j. em julho de 2000 e Resp 62.389-8/SP do STJ.

Já o “dies a quo” – o dia seguinte a data do cancelamento do benefício de auxílio-doença, ou seja, 17/10/2014 (fls. 74).

Nesse sentido REsp. 409.937/SC da relatoria do Min. Felix Fischer: “tratando-se de restabelecimento de benefício acidentário indevidamente cancelado na via administrativa, deve o mesmo ser restaurado a partir da data do cancelamento”.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sucumbente, arcará o INSS com o pagamento de honorários de 15% sobre doze (12) parcelas, mais juros de mora à taxa legal a contar da citação, bem como honorários da vistoria oficial (já desembolsados).

Oficie-se para implantação do benefício.

Se o caso, submeto essa decisão ao reexame necessário pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo, nos termos do artigo 475 do CPC e Súmula 423 do STF.

P.R.I.

São Carlos, 07 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**